

quanto o ódio vos ditar. Vós sois ricos, nobres, sábios, ordeiros, legalistas... Fartai-vos, pois, srs. ricos, srs. fidalgos, de insultos e vinganças contra nós, pobres mecânicos, mulambos e canalhas". Inácio Bento de Loiola punha em circulação, em janeiro de 1850, o *Diário do Povo*, avisando, desde logo: "Este silêncio, em que guardamos a política da nossa província, é aconselhado por nosso bem-estar, por nossa segurança individual e de propriedade". Continuava: "Qualquer que seja a redação do *Diário do Povo*, qualquer que seja a nossa posição, qualquer que seja enfim a nossa sorte, nunca seremos *saquarema* ou *corcunda*, nunca, nunca; porque estamos intimamente convencidos que dessa política do *regresso* nos tem vindo a fome, a guerra, a peste, o vilipêndio, a miséria, a morte e, finalmente, a desgraça de todo o Brasil". O *Diário do Povo* só saiu três vezes, a 2, 3 e 4 de janeiro de 1850. A 12 de junho, Loiola apareceu com O *Conciliador*, apelando para "senão uma união completa, ao menos alguma tolerância, indulgência e generosidade para com os vencidos". Mas, a 7 de setembro, exige: "Queremos demandar, no campo das discussões, o lugar que nos compete". A 17 de dezembro, prega a abolição da escravatura e declara: "O tempo lentamente prepara as revoluções". A 10 desse mesmo mês, proclamava: "A revolução, pois, veio quando devia vir. Era impossível fazer parar a marcha do tempo".

A 19 de agosto de 1850 iniciaria sua existência *A Revolução de Novembro*, que circulou até 15 de janeiro de 1851, sob a direção de Afonso de Albuquerque Melo. Revivia a rebelião praieira e afirmava: "Essa luta não é, pois, de partido; é do povo contra o poder; e os que, em serviço ao poder, combatem contra o povo, são levados pelas paixões que têm nutrido os corações, as intrigas e a corrupção do Paço". Denunciava as violências policiais contra a imprensa: "De tudo tem usado o poder para não sair esta folha: os seus agentes estão a fazer constantemente à senhora viúva Roma avisos de terror, para ver se ela desiste da empresa". Tais palavras da edição inicial, referiam-se à pressão contra a imprensa, exercida pela polícia conservadora. De 1º de setembro a 11 de dezembro de 1852, *A Revolução de Novembro* editou oitenta números sob a direção de Borges da Fonseca. Começaria, ao sair da prisão em Fernando de Noronha, por agradecer a Albuquerque Melo os serviços prestados, mencionando que a sua "lealdade à causa popular muito lhe deve merecer ante o povo, razão por que o tem comprometido e sacrificado os defensores dos privilégios, dos portugueses, e da Corte". Aduzia que o jornal se destinava a "contestar as falsas doutrinas dos que, vendidos ao governo, pretendiam desvirtuar a gloriosa revolução de 1848". Em maio de 1853, entretanto, Borges da Fonseca abandonaria Pernambuco; ia começar, no Rio de Janeiro, a quinta e última fase